



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

E SEGURANÇA CIDADÃ DO RECIFE

Recife, 26 de JUNHO de 2025

PARTICIPANTES:

AME – PROJETO AMOR E ESPERANÇA – SILVANA FEITOZA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – KATARINA KELLY NASCIMENTO
SECRETARIA DE CIDADANIA E CULTURA E PAZ - MAYSE CRISTINA DE LIMA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE - THOMPSON
SECRETARIA DA MULHER - JANY BARROS
CUT - MARIANA MACIEL
ADCC (ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CRIAR E CRESCER) –
BERNARDO WEISNTEN NETO

PAUTA

1. Leitura e aprovação da Ata anterior;
2. Atualização da criação da Plataforma de Denúncias DH;
3. Sobre a Conferência Nacional DH;
4. Acompanhamento do calendário de obras apresentado pela URB sobre a CALÇADA DA HISTÓRIA/MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS;
5. Informes e encaminhamentos.

Às 10 horas e 10 minutos do dia 26 de JUNHO do ano de dois mil e vinte e cinco, em terceira chamada, deu-se início à **TERCEIRA** reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã do Recife. Houve atraso no início do Pleno Ordinário, haja vista que teria sido previamente agendado para ser realizado no MAMAM (Museu de Arte Moderna no Bairro da Boa Vista), mas o local estava impraticável para realização do mesmo e o traslado dos Conselheiros/as foi imediatamente providenciado para a CUT (a pedido da Conselheira Mariana Maciel). Em relação a essa demanda, Thompson Feitosa providenciará o espaço permanente do Centro Municipal De Referência Em Cidadania LGBT, sito à Rua dos Médicos/Boa Vista para a realização dos Plenos Ordinários do CMDHSC a partir do mês de Julho do ano vigente. Inicia-se com a fala do Conselheiro BERNARDO WEISNTEN que demonstra bastante preocupação com a

organização da Conferência Municipal de Direitos Humanos e também sugeriu que todos/as os/as Conselheiros/as se apresentassem por conta da substituição governamental da Secretaria de Direitos Humanos e Juventude: O Conselheiro Diogo Stanley passa para a titularidade no lugar do Conselheiro Marco Aurélio Filho e Thompson Feitosa assume a Suplência no lugar do Conselheiro Diogo Stanley. Sobre a Comissão Especial de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos Humanos, a Conselheira Mariana Maciel - em relação ao relato da Conselheira Silvana Feitoza - falou que vai solicitar acompanhamento do caso através de outros órgãos competentes como o MPPE e também enfatiza sobre a composição governamental que ainda não aconteceu e diz que Adynara ficou responsável em resolver essa referida demanda, por conta disso, os encaminhamentos da Plataforma de Denúncias DH paralizaram. **Sobre o 3º ponto de pauta: Conferência Nacional DH**, a Conselheira Mayse Cristina juntamente com o Conselheiro Bernardo Weinsten ficaram responsáveis por buscarem informações dos calendários da Conferência Estadual, mas comunicam que a ex Conselheira Elizabete Godinho passou essas informações para ambos. Eis as informações: ***Etapas do Processo Conferencial em Pernambuco: Conferências Municipais: até agosto de 2025. Conferências Livres: até agosto de 2025. Conferências Regionais: até setembro de 2025. IV Conferência Estadual de Direitos Humanos: 10 e 11 de outubro de 2025. 13º Conferência Nacional de Direitos Humanos: dezembro de 2025. Cada Município e Conferência Regional terá um número de 30 delegados(as) pré-estabelecido para participação da IV Conferência Estadual de Direitos Humanos, garantindo a representatividade de 70% da sociedade civil e 30% do poder público.*** O Conselheiro Bernardo Weinsten sugere criar uma Comissão com 5 pessoas com mais 3 suplentes para aprovar os encaminhamentos de maneira célere, haja vista que o prazo da Conferência Municipal é até final de agosto, propôs criar um grupo de whatsapp e providenciar um Pleno Extraordinário na próxima quinta-feira, dia 03/07/25, às 9h na plataforma online . A Conselheira Mariana Maciel sugere que esta referida Comissão tenha o poder deliberativo e a Conselheira Jany Barros faz o contraponto e diz que na Secretaria da Mulher, em relação a Conferência, todas as demandas são resolvidas no Pleno antecipadamente. Já a Conselheira Mayse Cristina informa que existe um regimento que diz que essa Comissão específica pode ou não deliberar e também informa que será substituída no CMDHSC pois na Secretaria de Cidadania e Cultura de Paz, a mesma não pode se ausentar do COMPAZ por conta do volume de demandas e sua Gestora disse que Ela não poderia participar de Conselhos. Thompson Feitosa ficou responsável de verificar com a Secretaria de Direitos Humanos e Juventude, a questão do orçamento para a realização da mesma e passar essa devolutiva para o CMDHSC. **Ficou assim a composição da Comissão: Valéria Rios (Titular da Secretaria de Educação - indicada pela Suplente Katarina Nascimento/Thompson Feitosa que será nomeado como Suplente da Secretaria de Direitos Humanos e Juventude/Bernardo Weinsten da ADCC/Silvana Feitoza da AME/Thiago Oliveira da OAB e Mariana Maciel como suplente representando a CUT.** Sobre o 4º ponto de pauta: **Acompanhamento do calendário de obras apresentado pela URB sobre a CALÇADA DA HISTÓRIA/MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS**, foi informado

que a Secretária Ana Lúcia Vanderlei mandou o ofício da URB para o Conselheiro Thiago Oliveira para apreciação e aprovação do mesmo e ele não respondeu o pleito a contento.

INFORMES: A Conselheira Jany Barros comunica sobre a 8 Conferência Municipal da Mulher do Recife, de 13 de junho à 26 de julho de 2025 nas 6 RPA's, das 14h às 17:30h (cronograma geral foi exposto no grupo de whatsapp do CMDHSC). A Conselheira Silvana Feitoza fala sobre essa Comunidade do Arruado e pede para o Conselho em questão se posicionar: ***DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO RECIFE DEFENSORIA REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatório de Visita In Loco nº 003/2025 PAJ nº 2023/038-04393 Comunidade do Arruado - UFPE 1. Introdução: Esta visita técnica teve por objetivo coletar informações para o atendimento das demandas da comunidade de moradores do Arruado. O Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) referido na epígrafe foi instaurado em 23 de maio de 2023, após reunião da Defensoria Regional de Direitos Humanos (DRDH) com a Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco. Por meio de ofício, a UFPE esclareceu que: "há [no campus da UFPE] uma comunidade denominada "Arruado" que se caracteriza como um Sítio Arqueológico, inclusive com inscrição no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como Sítio Arqueológico sob o CNSA nº PE00082 (Anexo 1). A riqueza dessa área não se restringe à sua estrutura patrimonial material, mas também à imaterial, tais como a cultural e social. Trata-se de área relevância para a história do Engenho do Meio, do traçado e da expansão urbanística local, situada na mata ciliar do Riacho do Cavouco. A UFPE vem sendo demandada ao longo dos anos por órgãos de controle, a exemplo da CGU e do TCU para fins de promover a desocupação da área, eis que o Arruado se encontra na área de propriedade da UFPE. Conforme informação prestada pela Procuradoria Federal, foram identificadas as ações possessórias promovidas contra Manoel Paixão da Silva (Proc. 99.0011215-6), Cleuza Benedita da Conceição (Proc. 97.0001992-6) e Angelina Jovelina de Melo (Proc. 97.0001994-2), ações antigas nas quais se discutiam a posse das áreas localizadas na granja L (localização do Arruado). Necessário frisar que as ações foram julgadas improcedentes sob o argumento de que os posseiros estariam investidos na posse do imóvel anterior à UFPE, cabendo o ajuizamento de ações reivindicatórias e não ações possessórias. Há vários trabalhos nos cursos de História e Arqueologia que retratam a importância do Arruado do Engenho Velho.*** O Conselheiro Bernardo Weinsten informa sobre a Conferência Livre com a População da Pessoa Idosa, na Várzea, no período da manhã. A Conselheira Mariana Maciel comunica do Curso Estadual de Formação de Multiplicadoras do Plesbicio Popular em Pernambuco/dia 28/06/25, das 08h às 17h, no Sindicato dos Bancários, a contribuição é de R\$50,00 e também informa que teria anotações do Pleno Ordinário realizado em novembro de 2024, que a priori achava-se que essas informações teriam sido perdidas, onde posteriormente na próxima plenária, a ata em questão será lida para aprovação. Em relação a leitura das atas anteriores do mês de abril e maio deste/ambas foram aprovadas). Sem que houvesse outros temas a serem tratados, a reunião foi encerrada.

